

GENERICIDADE E SEXUAÇÃO: A TEORIA DO SUJEITO GENÉRICO EM BADIOU

GENERICITY AND SEXUATION: BADIOU'S THEORY OF GENERIC SUBJECT

Norman R. Madarasz¹

Resumo: A proposta do presente artigo é apresentar a teoria do sujeito genérico de Alain Badiou, vista a partir das duas perspectivas do seu sistema filosófico: a ontológica e a fenomenológica. Pela primeira, trata-se de articular uma teoria de subjetividade acontecimental, que rompe com a herança filosófica dos modos de totalização do presente. Pela segunda, analisa-se o contexto objetivo do surgimento do sujeito. Faz-se necessária uma rearticulação radical dos termos de objeto, de mundo e de corpo pela qual o que inexistente advém a uma manifestação. A marca do símbolo de Vênus, aplicada por Badiou no lugar do genérico, subscreve à tese segundo a qual o genérico circula como veículo da alteridade irreduzível. Eis onde o sistema reencontra a psicanálise estrutural, visando a elaborar as fórmulas da sexuação em Lacan para contribuir a uma topologia ôntico-fenomenológica sexuada.

Palavras-chave: Análise Estrutural. Sujeito Genérico. Sexuação. Marguerite Duras. Topologia.

Abstract: The aim of this essay is to present Alain Badiou's theory of generic subject, seen from the two perspectives of his philosophical system, the ontological and the phenomenological. The first perspective articulates an event-specific theory of subject that breaks with the philosophical heritage of the modes of totalizing the present. The second perspective analyses the objective context in which subject emerges, which warrants a radical recasting of the terms of object, world and body in which inexistence comes to manifestation. As such, we recall the mark of the Venus symbol as applied by Badiou to the place of the generic, which subscribes to the thesis according to which the generic circulates as a vehicle for irreducible otherness. This is where the system reencounters structural psychoanalysis, as it aims to elaborate Lacan's formulas of sexuation in order to contribute to a sexuated ontical and phenomenological topology.

Keywords: Structural Analysis. Generic Subject. Sexuation. Marguerite Duras. Topology.

¹Professor adjunto, PPG em Filosofia e PPG em Letras, PUCRS. E-mail: norman.madarasz@pucrs.br

Que a filosofia tem perpassado conflitos com a psicanálise, os anais já os registraram e continuam os registrando (MEYER, 2005; ONFRAY, 2010). Que a filosofia exige da psicanálise que uma crítica radical do conceito de poder soberano seja realizada para encurtar atitudes que fomentam uma cultura de crueldade, de autoritarismo e de estupro para se tornar um “saber sem álibi”,

de modo semelhante ao que a filosofia mesma fez após ter largamente contribuído a realizar e legitimar poderes opressores durante a Idade clássica europeia, a psicanálise a recebeu (FOUCAULT, 1976; DERRIDA, 1990; BIRMAN, 2010). Que a pesquisa filosófica e a clínica psicanalítica continuam formulando problemas sobre a subjetivação radical que mal conseguem ser contemplados pelas ciências empíricas e experimentais, atesta-se na postura de dedicação mal retribuída pela sociedade, pelo Estado e, às vezes, pela própria academia (MARCUSE, 1964; DUNKER, 2011; GREEN, 2013). Mesmo no conflito, mesmo na assimetria entre pesquisa, escrita, prática e clínica, a filosofia e a psicanálise andam frequentemente juntas.

1 A METODOLOGIA DE ANÁLISE ESTRUTURAL

Na tradição francesa, os maiores passos para entender melhor a subjetivação foram realizados no contexto da sistematização que a metodologia de análise estrutural, o “estruturalismo”, tem proporcionado das ciências humanas e sociais. No entanto, já faz tempo que os pesquisadores, ao trabalharem com e por esta metodologia, remetem com dificuldade tanto ao modo específico das suas análises quanto à tradição da qual elas decorrem. Por um lado, a fenomenologia e a hermenêutica, claramente “pós-estruturais”, renasceram das cinzas do humanismo e do existencialismo pelo esquecimento das descentralizações das quais as suas concepções do sujeito, do mundo e da vida aproveitaram nos anos 1960 e 1970. Mas a fenomenologia e a hermenêutica “vão bem”, sem que seja necessário, em recentes elaborações da teoria do sujeito, por exemplo em (OKSALA, 2016, p. 57), o reconhecimento da contribuição fundamental feita pela metodologia de análise estrutural para modelá-las¹. Por outro lado, o pós-estruturalismo a propriamente falar não apenas encobriu o método de análise estrutural do qual ele é apenas um suplemento, embora prolífico, como literalmente cerceou a sua matriz inicial para engoli-la. No melhor dos casos, celebra-se nisto o rito de antropofagia. Em outros, lamenta-se o apagamento de uma metodologia radical pela qual analisar a emergência do novo em rompimento com o Estado da situação.

Seja como for, a teoria psicanalítica do inconsciente conduziu certas correntes filosóficas a fazer da subjetivação na sua relação com a sexualidade e com a sexuação um dos principais eixos de exploração conceptual. As contribuições realizadas por J. Derrida na releitura da obra freudiana, para aproximar a temática da escrita ao trabalho do inconsciente, ofereceu a compreensão deste como sendo um aparelho de inscrição não-fonética, esclarecido pela “metafórica do traço escrito [...] que já não podemos representar senão pela estrutura ou pelo funcionamento de uma escrita” (DERRIDA, 1967, p. 183). Ao longo dos anos 1970, esta metafórica vai se precisando a partir da intuição já presente na imagem do bloco mágico (*Wunderblock*) descoberta por Freud e lida por Derrida como “uma máquina de escrita de uma maravilhosa complexidade na qual se projetado o todo do aparelho psíquico” (DERRIDA, 1967). O motivo estrutural está presente nesta articulação, mesmo se Derrida, por diversas razões, algumas delas pessoais (DERRIDA, 1972), descartava, poder-se-ia dizer de maneira infeliz, a contribuição feita por Lacan a concretizar o proces-

so de inscrição no aparelho psíquico. Desse conflito Derrida veio a considerar a ideia de sistema e de estrutura como antagônica para capturar a lógica singular do deslize do sentido, esta perspectiva singular da desconstrução pela qual remete radicalmente à questão da pretensão da verdade a legiferar sobre a gênese de conceitos. Derrida recebeu que a desarticulação da noção moderna de sujeito é proporcionada pela análise estrutural dos princípios e dos parâmetros da filosofia dita humanista, sem aceitar que esta propensão decorresse também da disposição crítica intrínseca à noção de sistema. Ora, a rejeição contínua do sistema na obra de Derrida tem reforçado o desvio hermenêutico do seu pensamento, assim como desproveu uma radical rearticulação da noção de sujeito enquanto circulação descontínua do irreduzível.

Desta maneira, é insustável que a metáfora e a hipótese venham a ser identificadas como sinônimos, uma associação que decorra da sua tese afirmativa da metaforicidade de todo conceito. De acordo com ele, hipóteses sobre o irreduzível dependem, fundamentalmente, de uma noção de inscrição que não é semântica ou fonética. No entanto, em todo rigor, a inscrição não se pode se calcar na escrita, pois nem a escrita escapa de uma sobredeterminação cultural, mesmo ao simplificar a sua conotação até um rastro. A identificação da escrita com a literatura é apressada, a não ser que esta literatura seja delimitada aos *formalismos do traço*, e a produção de traços a uma parametrização, cujo melhor nome ainda hoje é o de sistema.

No entanto, e de acordo com Derrida, é permitido perguntar se a filosofia, ou a psicanálise, necessita de um conceito de sujeito. A resposta certamente é não, se for para recriar uma teoria da natureza humana. Mas, se se tratar do desafio de capturar um processo que não se encontra onde tentamos situá-lo, apesar de vivenciarmos seus efeitos e seus produtos, então a subjetividade e a sujeição se apresentam entre as mais complexas entidades criadas na natureza. Outra opção, responder afirmativamente à pergunta anterior, poderia bem ser a de ver a subjetividade participando da ordem da ilusão ou da fantasia. Mas ao se empregar a *definir* a ilusão ou a fantasia, já se pressupõe a subjetividade, cuja divisão estrutural nem a filosofia sequer a psicanálise possa mais negar. Se um setor do pensamento francês contemporâneo tem se dedicado a entender a subjetividade em sua historicidade, em sua epistemologia, em sua ética e por meio dos seus modelos, então é legítimo defender que a principal matriz dessas pesquisas era, e continua sendo, a metodologia de análise estrutural (MANIGLIER, 2010, p. 54). Neste sentido, a teoria do sujeito genérico articulada por Alain Badiou (1988; 1993; 2006), pensada a partir de uma ontologia intrínseca, conforme uma economia da inscrição, aplicando-se a uma ética da verdade, e distribuindo-se em uma fenômeno-lógica, apresenta direções viáveis para reintegrar a subjetividade radical no escopo da indiscernibilidade fenomênica, cujos modelos psicanalíticos são a impossibilidade do real e a profunda indecidibilidade acerca do ato de trauma, cuja vasta gama estende do horror até a beatitude (HURST, 2008, p. 43, 208; LACAN, 1973, p. 49-61).

Que a teoria do sujeito genérico se inscreve no registro da psicanálise, isto se reconhece na posição conclusiva que a obra lacaniana ocupa na

ontologia e na fenomenologia de Badiou. Em *L'Être et l'événement*, na seção conclusiva que abrange as "Meditações" 35-37, "O Forçamento: verdade e sujeito, além de Lacan", se confirma a contínua validade da visão cartesiana na teoria do sujeito lacaniana, não obstante o deslocamento do foco da subjetividade no inconsciente. Mesmo ao mostrar um claro impacto da *Fenomenologia do Espírito* de Hegel, o modelo do sujeito cindido desenvolvido por Lacan, sobretudo a partir do primeiro tópico de Freud, aplicará a linguística apenas num primeiro momento para reforçar o afastamento de uma redução biológica do sujeito (MILNER, 1995). A inovação trazida por Lacan diz respeito a localizar uma lógica sistêmica no nível do significante, que nem é sintática nem semântico-pragmática. Esta postulação o levou a diferentes tentativas de formalização em que participaram, durante as três décadas em que foi dado o seminário, interlocutores da área da lógica, da linguística e da matemática. O modelo logicista de Frege, Russell e Wittgenstein orientava o trabalho entre 1964 e o início dos anos 1970, até que em 1972, no seminário XX: *Encore* (LACAN, 1975). Lacan opera um deslocamento da lógica até a matemática, na teoria dos nós e, sobretudo, pela teoria dos conjuntos.

Não obstante a herança lacaniana, ao visar a captação do surgimento do radicalmente novo e a sua transformação em tipos de subjetivação, Badiou opta por não especificar os âmbitos da consciência ou da inconsciência. O sujeito diz respeito aos "aspectos mais banais e *anônimos* da situação" (BADIOU, 2006, p. 29). Ao simplificar a *teoria* do sujeito da sobredeterminação cultural, inevitavelmente projeta pela estrutura do estado da situação sobre formas radicalmente novas de aparecimento, Badiou consegue delimitar um processo de subjetivação *sem objeto*. Este se localiza pela marca de uma ruptura, um processo de morfogênese parametrizado pela especificidade de apenas aqueles discursos em que o sujeito se sustenta. Enquanto Lacan generalizava a estrutura da subjetivação para dar conta da regularidade do aparelho psíquico na criança, Badiou conceitualizou algo menos, uma exceção ao suporte humano, a saber uma estrutura de subjetivação vinculada de maneira imanente à produção da verdade.

Esta afirmação já reduz as opções de discursos em que o sujeito possa se criar. É mister que a experiência humana é apenas parcialmente atrelada à produção de verdades. Por isso, Badiou delimita apenas quatro processos genéricos em relação aos quais a forma geral dos surgimentos subjetivos é capturada e canalizada. Na arte, o novo se apresenta sob forma da configuração de obras, enquanto na ciência a inovação radical passa por conjuntos teóricos. No amor, a figura subjetiva nova é o acoplamento, processo irreduzível ao acasalamento. Enquanto na política, a forma geral da organização sugere a configuração mínima de subjetividade radical mais suscetível de crescer. Este termo de crescimento não é nem ocasional tampouco referencial. O sujeito não preexiste aos termos do seu despertar que, no caso do sistema erguido por Badiou, porta o nome-indexo de acontecimento. Ao atrelar o sujeito a ele, Badiou projeta a regularidade como processo intrínseco ao discurso, cuja propensão a se ampliar decorre da recursividade dos termos pelos quais o sujeito genérico se subtrai à ordem da representação e da lógica binária. Em termos semânticos

[ou semióticos (KRISTEVA, 1974)], deve-se entender a recursividade como a memória, num nível estrutural em que se localiza no ponto de deslizamento a gênese da forma geral de subjetividade. Para evitar que esta estrutura seja interpretada no modo meramente metafórico, cabe salientar que a do sujeito genérico é a propriamente falar *indiscernível*.

2 ONTOLOGIA SEM H

A perspectiva da ontologia sobre o sujeito genérico depende de uma saída da linguagem que os critérios do realismo matemático espelham de maneira mais condizente. Badiou lê o mapeamento matemático da ontologia como tendo a ver com uma teoria geral da multiplicidade intrínseca, a partir da qual se organiza uma definição não essencialista do processo pelo qual unidades se formam. Portanto, o múltiplo é sem um (BADIOU, 1998). Nesse mapeamento, esclarece-se melhor a ideia de *inscrição* detrás da multiplicidade. Nesse nível formalista, a multiplicidade inscrita pela teoria dos conjuntos demonstra a complexidade do real que, para nosso aparelho psíquico intencional e de representação se apresenta como composições a partir do vazio. Não há literalmente como *dizer* a multiplicidade. Se trata apenas de *lê-la*. Ou melhor, como parceiros na empresa teórica, de *a escrever*.

Nesse sentido, um modelo alternativo para configurar a tarefa de uma escrita despojada da voz de um narrador, ou do autor, que, por todos os efeitos, equivale ao mesmo, se encontra na visão de Samuel Beckett (BADIOU, 1992). A importância de *O Inominável* e dos romances tardios como *Mal vu*, *Mal dit*, para o sistema de Badiou evoca de maneira não completamente subterrânea o apelo para uma filosofia do acontecimento já feita por M. Foucault (FOUCAULT, 1971). Naquela época da sua obra, Foucault abordava a difícil tarefa de encontrar uma figura subjetiva condizente à teoria do discurso imanente articulada na esteira das inferências conclusivas expostas nas *Palavras e as Coisas* (FOUCAULT, 1966). Foucault nunca chegou a modelizar uma teoria pós-humanista do sujeito, o que teria necessariamente sido uma teoria do sujeito genérico, mas ele recapitulava o seu percurso na aula inaugural do Collège de France com a citação ao romance de Beckett. Mesmo ao verificar o protótipo de uma teoria do “sujeito da experiência”, avançada nos anos terminais do seu projeto, que combinava a arqueologia com a genealogia do governo e da ética em que se encontra um “jogo de verdade, relações de poder, e formas de relação a si e aos outros”, o modo formal em que se projeta este modelo aceita, senão busca, o ponto de genericidade (FOUCAULT, 1994, p. 596). Para Badiou, o *Inominável* apresenta uma nítida inflexão numa “escrita do genérico”, oferecendo desta maneira uma versão alternada da escrita conjuntística pela qual a nova ontologia da multiplicidade é fundamentada. Pelo menos no que diz respeito à ontologia, Badiou realizou o trabalho de alicerçar a estrutura do sujeito pós-humanista, exposta por seis propriedades (1988/1996, p. 307-308), quatro conjuntos de “chicanas” e pela estampa universal de Vênus, ♀, para designar “uma extensão genérica S”, aquilo que terá sido sujeito (BADIOU, 1988/1996, p. 326). Portanto, o símbolo do movimento pela emancipação das mulheres vem a designar o genérico no sistema de Badiou. Voltaremos a comentar mais

detalhadamente esta demarcação literalmente *sem objeto* no sistema de Badiou, acompanhada por um silêncio explicativo.

Poucos anos após publicar *L'Être et l'événement* (doravante, EE), e em decorrência do entusiasmo considerável recebida pelo livro na França, Badiou se lançou a complementar a perspectiva ontológica sobre o sujeito genérico com a da materialidade do seu surgimento. Onde EE apresentava um fenômeno irreduzível tomando forma na superfície do discurso em efeitos de verdade, mas delimitados pelos parâmetros dos procedimentos genéricos intrínsecos às “condições”, em que se produzem verdades históricas e contextuais, o livro *Logiques des mondes* (BADIOU, 2006) visa a formalizar uma nova teoria de objeto, de corpo e de mundo. A obra lacaniana volta a marcar a penúltima seção do último livro em que são recapituladas as teses acerca do corpo em transformação. A forma genérica que proporciona que haja verdades é a sequência “mundo-pontos-sítios-corpo-parte eficaz-órgão” (BADIOU, 2006, p. 497), cuja reconstituição sugere que o destino do regime atual do materialismo democrático mostra falhas no apagamento sistêmico da verdade em proveito ao pragmático equilibrado pelo qual organiza a opinião pública.

Neste último encontro com Lacan, então, se realiza a configuração assimétrica do sujeito genérico com o domínio objetal, genérico e cindido (objeto, corpo, mundo). Trata-se do passo fundamental na articulação de um sistema pós-humanista para que o sujeito radicalmente novo não seja fadado a meramente repetir a ordem da representação, a função do falo e a jurisdição da Lei. A postulação da genericidade é a de que o processo da sua manifestação é transformacionista, desde a nominação inicial que segue a um acontecimento. Essa inferência leva a sugerir que o genérico é uma reconstituição subjetiva *após o ato*. O surgimento não demonstra uma necessidade, tampouco uma volição intrínseca, não mais que o faz a metáfora da máquina de escrita em relação ao texto ou uma teoria do “saber inconsciente” em relação “a” mulher (DERRIDA, 1967; SOLLER, 2002, respectivamente). Se fosse corpo, então é pela elasticidade constitutiva e construtiva condicionada pelo contexto em que faz ruptura e os obstáculos que determinam, por parte, os parâmetros da sua manifestação, progressão ou destruição.

Para reforçar a distinção do aparelho psíquico humano para com a sua materialidade biológica, Lacan não faz mais que separar a ordem *correlacional* da ordem *causal*, um dos preceitos da ciência contemporânea da estatística. Por mais que sirva de alicerce à hegemonia da teoria da informação sobre as práticas de pesquisa empírica e experimental, a estatística oferece uma modelização estrutural capaz de distinguir processos fenomênicos passados de possíveis tendências futuras, desta forma reduzindo a descontinuidade entre o que poderia ocorrer e o que terá acontecido. A formalização aplicada por Badiou a processos genéricos a partir do objeto classifica em quatro grandes categorias põe a sobrevivência de tais processos à mercê da intensidade do aparecimento deles. As figuras de fidelidade, reatividade, obscuridade e renascimento (BADIOU, 2006, p. 86-87) são configurações afetivas e, portanto, corporais, refletidas nos atos de entusiasmo, negação, ocultação e ressurreição, respecti-

vamente (BADIOU, 2006, p. 86-87), que estimam o grau de plausibilidade de reversão de uma dada situação normalizada de existência mediante a recepção do cerne acontecimental pelo qual a radicalidade do novo é vivenciada, pois a extensão do genérico é bem a substituição do estado normalizado de uma situação.

A contribuição de Lacan à teoria do corpo, aplicada por Badiou para se pensar o sujeito fiel, diz respeito às variações pelas quais a figura da alteridade aparece na sua obra. Pelo “segundo corpo”, Lacan redesenhava este foco por meio do trabalho clínico no desenvolvimento da teoria da fase do espelho, em que o arcabouço teórico traz ao discernimento o modo de constituição da imagem corporal na experiência “kairótica” da jovem criança se percebendo por reflexão no corpo distinto no espelho. Na versão expandida dessa constituição do Imaginário, o aproveitamento pela criança da imagem do seu eu-imaginário, vem a ser apoiado pelos pais e familiares ao seu redor nos testemunhos narrativos e gestuais parciais que acompanham a relação visual com a própria imagem (JOHNSTON, 2014). Desta forma, o corpo alienado no “imago” circula em uma margem que pode migrar em forma de espaçamento até se transformar no sintoma de um outro corpo, a saber, o de “a” mulher (BADIOU, 2016, p. 502). Ao salientar esta teoria do corpo-alteridade, Badiou radicaliza o objeto-sistema pós-humanista e a formalização lógica-estrutural para projetar uma teoria do corpo espectral, que leitores identificarão logo pelo desvio gótico que Derrida tem lhe conferido. Ao contrário de Derrida, Badiou investe a *spectralidade* não tanto como forma “destinal” de um sujeito impossível, mas como a materialização do rompimento da barreira transcendental, além de qual não há sujeito, mas aquém de que o labor criador de vivências é ou sujeito ou mentira.

No final da articulação desses pilares do sistema, poder-se-ia perguntar quais foram os avanços adquiridos. Será que os caminhos propostos por Badiou diferem e talvez divirjam fundamentalmente dos critérios de uma economia do “por-vir” em Derrida (DERRIDA, 1993)? Mesmo ao reconhecer que o sistema deixa de designar uma totalização de processos, e que, ao ler os textos estruturalistas fundadores (ALTHUSSER, 1965; LEVI-STRAUSS, 1966; FOUCAULT, 1966; BARTHES, 1962; além do próprio LACAN, 1966), atesta-se que a metodologia de análise estrutural nunca era recalcitrante ao acontecimento, à contingência, tampouco à *différance* e a *temporizar*, é ainda permitido se perguntar sobre o que foi adquirido pela sistematização e o arsenal formalista que a desconstrução ne recusou a realizar? Ademais, como este edifício teórico considerável ampara a filosofia, e eventualmente a psicanálise, para confrontar indagações e desafios provenientes dos resultados de pesquisas nas neurociências, na biolinguística e na psicologia cognitiva?

A resposta a esta questão nos leva de volta aos termos contemporâneos pelos quais são pensadas a subjetividade e a sujeição na dimensão emancipadora crítica e criadora propostas pela filosofia e a psicanálise contemporâneas. Há décadas Foucault apresentava a analítica do poder e a necessidade de “cortar a cabeça do rei” no pensamento e na análise política para concluir o estreitamento da figura do poder soberano e expor quais eram outras formas de

poder atuante na sociedade europeia do século XIX (FOUCAULT, 1976, p. 117). Daí se deduz que mesmo ao entender que sua posição na hierarquia da pesquisa científica é ameaçada, a filosofia não pode fazer a economia de deixar surgir discursos antiéticos, em que a avidez pelo poder e a justificação para cometer atos de crueldade possam decorrer de um apoio a processos genéricos quando surgem. Ao mesmo tempo, a filosofia não pode se permitir tornar-se o bobo da corte, cantarolando (mesmo se fosse no ritmo de um rap) a música das esferas enquanto setores inteiros dos seus correligionários acadêmicos fomentam e apoiam condutas de conspiração e de traição contra os poderes legítimos. Se há um lugar legítimo, e teoricamente fundamentado, por uma teoria do sujeito na filosofia, parece-me que é esta, a saber, uma teoria genérica atrelada às formas múltiplas e às forças transformadoras da verdade, cuja determinação, por este fato mesmo, lhe torna um veículo do irreduzível, um vaso circulatório pela alteridade. Não obstante a recusa *sistemática* do sujeito por Derrida, tal obstinação apenas solapa a genericidade, tornando-a não apenas indiscernível, mas incompreensível. Se do sistema de Badiou se torna necessário se prevaricar contra a *différance*, é porque a sua tese, dogmática se quiser, é que a verdade é a *mesma* para todos (BADIOU, 1993). A *mesma*, sendo entendido que “ontologicamente, cada verdade é um fragmento infinito, mas também genérico do mundo no qual advém” (BADIOU, 2006, p. 41).

Eis um momento em que a exegese vem a contar. A leitura cuidadosa de textos, de leituras *sintomais*... A questão é, então, a de verificar a que ponto o arcabouço deste sistema minimalista é determinante para se construir uma teoria do sujeito, que pelo menos no seu desenvolvimento diferencial escapa tanto do estado normalizado da situação quanto da sua lei, seja esta encarnada na hegemonia da função fálica. A questão é saber se fora do contexto dos parâmetros explicitados a única opção pela filosofia é uma prescrição tomando proporções que têm sido denominadas, principalmente pela pesquisa anglo-americana, de “messiânicas”.

A ideia da verdade genérica é intrínseca aos procedimentos em situação, cujos parâmetros são estreitos. A tese de Badiou não diz respeito à condição humana, tampouco a uma natureza, mas às condições iniciais em que uma compreensão do processo de subjetivação possa ser vista pelo prisma da verdade. A forma substantiva da verdade não deve sugerir uma visão única, nem completa da verdade. O trabalho de Lacan novamente se faz sentir quando Badiou afirma que a verdade genérica, qualquer que seja a sua determinação concreta não concebe que a sua versão definitiva possa ser legiferada por um ator só, seja ele na forma de um “grande Outro” ou a de um pacto entre irmãos. Dessa forma, a ontologia se afasta da narrativa freudiana do nome-do-pai para se encaixar na temática lacaniana homofônica da errância, entendida no trocadilho “les noms duppes errent” (os nomes-do-pai; os nomes enganosos, eram), em que Lacan não hesita a dispersar a filosofia. A extensão do risco ao qual Badiou confronta o sistema e a tese da verdade genérica se entende por meio da constatação do erro incorrido cada vez em que se antecipa a verificação da natureza de um processo genérico, do seu “real”, pois o desafio do genérico, a sua impossibilidade, é que a sua verdade não diz respeito à avalia-

ção externalizada.

Neste tópico é possível ver um terceiro ponto da interlocução entre Badiou e Lacan, no qual Badiou circunscreve a “antifilosofia” de Lacan. Eis a tese da ontologia matemática, ou seja, a de que a teoria dos conjuntos apresenta a multiplicidade definicional da metaestrutura em que apenas unidades e suas composições são representadas. Trata-se de uma complexificação da tese lacaniana do real e do inconsciente real, da sua incomensurabilidade com a postura humanista na filosofia. Ao contrário da crítica de Derrida a Lacan, este real não é uma totalidade, tampouco reduzido à fusão biológica original entre mãe e bebê. Badiou estende a determinação lacaniana sobre a impossibilidade do real até a sua inconsistência, pois a experiência da subjetividade genérica é postulada a partir de uma imanência radical, em que a posição tanto do teórico-narrador quanto do pensador-autor é derrubada. Na perspectiva de J. Derrida, o real lacaniano designaria a condição de fusão original, cujo caráter dado ocultaria os termos de uma metafísica da presença, desacreditando por conseguinte a pretensão à validade da clínica lacaniana para configurar o aparelho psíquico a partir do arcabouço do simbólico, do imaginário, do sintoma e do real. Esta crítica feita por Derrida se tornou alvo de crescentes objeções sustentadas pela contínua leitura dos textos inéditos de Lacan (ZIZEK, 2002; HURST, 2008). Elas dizem justamente respeito à extensão e à complexidade plausível de sistemas subjetivados já contida na obra de Lacan, mas despercebida por Derrida.

3 O NOVO SISTEMA DO EXCESSO PONTUAL

Por ser irreduzível aos processos de totalização, um sistema apresenta duas opções. Se for continuísta, a extensão de um sistema complexo deve ser articulável em uma tese equivalente ao que se chama, na literatura da filosofia anglo-americana, o problema das “outras mentes”. Ou seja, como justificar uma teoria não determinista quanto a processos de subjetivação, se não fosse pela transmissão insensível de “tipos e signos naturais” (*natural kinds and signs*) que funcionam como marcadores materiais e cujo sentido seria articulado de maneira concomitante por um ou vários agentes num espaço-temporal comum? Os defensores da teoria dos “*natural kinds and signs*” são notoriamente críticos de teorias inatistas de produção sintática, não encontrando nelas de maneira satisfatória instâncias de individualização (MILIKAN, 2004; PRINZ, 2013). O que esses defensores costumam criticar não é tanto o grau de naturalismo metafísico envolvido numa teoria do surgimento e da circulação do sentido quanto a insuficiência do enraizamento material verificável da teoria. A falta de averiguação ameaçaria o caráter científico desta compreensão do sistema.

Conforme uma segunda opção, apresenta-se uma teoria descontinuísta do sistema com uma tendência interna a produzir excessos ou exceções: “as verdades existem como exceções ao que há” (BADIOU, 2006, p. 12). As verdades “encontram a ruptura” com aquela “mistura de corpos e linguagens” que define o que Badiou denomina hegemonia política e filosófica atual, a “convicção contemporânea” do materialismo democrático, um *biomaterialismo* (BADIOU, 2006, p. 10; BADIOU, 2011).

A descontinuidade substancial junto com a recorrência formal indicam uma ordem de produção que é irreduzível à natureza. No entanto, pela especificidade da tese, que diz respeito ao surgimento do novo, o âmbito construcionista de artefatos culturais é rapidamente ultrapassado pelo processo. Badiou não afirma que se trata de um único processo. Pela perspectiva ontológica, um processo de subjetivação despertado por um acontecimento é a forma de uma “metaestrutura”, em que a composição múltipla de um processo só pode escapar à produção de unidades e de identidades se sintetizada pela percepção intencional e representacional de um agente individualizado e se este agente reiterasse o rompimento pelo qual o acontecimento se expressa na dimensão afetiva, despojando-se assim da sua identidade individualizada no processo. Pela perspectiva fenomenológica, processos em mudança fazem normalmente parte de mundos semânticos e pragmáticos plurais. Apenas uma forma de mudança transforma o que “inexiste” em “intensidade de existência”. Ocorre quando a transformação pontual atinge seu grau máximo de aparecimento (BADIOU, 2008). Ademais, é por meio desta maximização que o traumatismo real que um indivíduo poderia sofrer ao se expor a uma intensidade máxima de existência pode se compensar também pela sua subjetivação.

Como pode se ver, a terminologia referente à fenomenologia em *Logiques des mondes* deu lugar a teorias gradualistas do aparecimento da verdade enquanto intensidades *transformacionistas*. Por conseguinte, respondem a lógicas não clássicas (intuicionista, categorial e paraconsistente) em que o processo de formação de mundos responde com maior intensidade apenas quando uma singularidade acontecimental suspende os princípios aristotélicos da não contradição e do terceiro-excluído (BADIOU et al., 2008). O acontecimento, tanto na perspectiva ontológica quanto fenomenológica, recupera o real lacaniano referente ao trauma. Longe de evocar as teses pós-hegelianas em que a ontogênese repete a filogênese, sequer teses pampsíquicas que evocam um universo material sem ruptura, o real também é perpassado pela divisão original, entre trauma e tragédia. Pela diferença, o trauma real vem acompanhado do sujeito acontecimental por cortes feitos no contínuo da normalização por meio de interpretações que o ativam, ao mesmo tempo que mostram a impossibilidade de acessá-lo frontalmente pela linguagem. O Outro se torna a imagem deformada do traumatismo real, mas não em termos de uma essência a reconhecer, sequer identificar, mas em forma de um encontro que necessita a *performatividade sintomal* para se entregar, no primeiro momento, ao engano para depois prosseguir na errância. Tomando esta perspectiva em conta, a pretensão segundo a qual Lacan operava no registro de uma metafísica da presença, mesmo ao atribuir uma certa volição volátil ao inconsciente, é uma deformação da considerável exploração conceitual encontrada na sua obra acerca do impossível e da veracidade pontuais de contradições subjetivas (BADIOU, 2006; HURST, 2008).

Esta encruzilhada de perspectivas conceituais sobre o sujeito genérico acontecimental nos coloca novamente no fino ponto da discussão em torno da diferença irreduzível, da sua operação no texto lacaniano, da sua inflexão na desconstrução derridiana, na parametrização ontológica e fenomenologia em Badiou, e por fim nas intervenções críticas organizadas por leituras feministas

do estruturalismo e da psicanálise lacaniana, que gostaríamos de evocar aqui pelas análises de Judith Butler sobre a excecionalidade performativa do gênero (BUTLER, 1990), e de Alana Zupancic acerca da densidade topológica do real permitida pela compreensão trazida por filosofias do genérico (ZUPANCIC, 2012).

A crítica que Derrida levantava contra o estruturalismo dizia respeito ao caráter “falocentristo” de pensamentos pelos quais a teoria geral do discurso se articulava principalmente por meio de reduções do pensamento a modelos lógico-linguísticos binários. Seria otimista dizer que a situação se mudou significativamente hoje. Por isso, essas críticas contra tendências positivistas e comportamentalistas ainda convencem com força e eloquência.

No entanto, há de reconhecer que houve trabalhos feitos sobre sistemas complexos em que instâncias de indecidibilidade e acerca de contradições que produzem a verdade, e não apenas o falso. Nesses sistemas, localizam-se efeitos de ficção, para não dizer nada sobre o indiscernível e o radicalmente irreduzível, que configuram modelizações. Nesse sentido, quando um sistema se despoja da sua dimensão linguística, deve-se receber uma configuração que literalmente não é subsumida pela função fálica. A acusação de falocentrismo se enfraquece. Sobra, mesmo assim, a relação não resolvida, talvez irresolúvel, da relação entre a diferença conceitual irreduzível, que seja a diferença ôntico-ontologia, e a diferença sexual. Em outras palavras, ainda sobra a instigante e polêmica formulação de Lacan segundo a qual não existe a relação sexual.

A verdade genérica não é um substantivo, mas o nome de um conjunto sem elementos. Ao marcar o conjunto genérico pelo símbolo de Vênus, Badiou se engaja em uma discussão estruturalista anterior que visava a se afastar da lógica e da ontologia. Mas situar este espaço, ou melhor, o espaçamento deste afastamento, ainda apresenta um dilema conceitual. Em outras palavras, como se situa a diferença sexual em relação à diferença ôntico-ontológica?

Porventura a primeira questão a tratar é uma percepção equivocada sobre como Lacan se compara a Freud sobre a questão da “mulher” na psicanálise. Embora Judith Butler tenha argumentado que na denominação de polos homem e mulher nas fórmulas da sexuação (LACAN, 1975) Lacan promove a proliferação de “binary isomorfismos” (BUTLER, 1990), pela qual Lacan confundiria diferença sexual com igualdade dos sexos, a relação entre as diferenças deve, para se manter coerente, ser inferida rigorosamente das teses escritas da psicanálise. Nesse sentido, Lacan não reitera a tese normativa, mas enigmática que Freud intencionava no lugar da “mulher” na sua teoria, exemplificado pela pergunta “O que a mulher quer?” A tese de Freud sobre a sexualidade feminina está ultrapassada e deve ser descartada mesmo ao reconhecer, pela exegese, a ousadia de ter trazido a questão à tona da pesquisa científica da sua época em que a mulher não “queria” nada, pois era desprovida de existência jurídica, política, cultural e sexual na sociedade do século XIX. Nas fórmulas da sexuação Lacan (1972) rompe com Freud ao transformar em singularidade o que Freud subsumia no reino fálico. Contudo, é inegável que Lacan reifica, no tom afirmativo que ele presta ao conceito de inexistência, mesmo ao sustentar que a

condição de “a” mulher existe apenas pela negação da inclusão. Se “a” mulher não se define por meio de um essencialismo (LACAN, 2001; BADIOU; CASSIN, 2010), ademais não mais que “o” homem, a experiência não resume a uma definição. É por isso também que Lacan considera a ontologia como fonte da “hontologia”, como fonte de vergonha ontológica.

Portanto, pela denominação de “a” mulher se trata de uma posição psíquica que caracteriza tanto o caráter parcial da dominação da função fálica sobre o(a)s agentes que ocupam este espaçamento quanto a localização de um ponto subtraído da função fálica, a tese sobre o “pas-toute”: a justaposição entre (i) não há nenhuma mulher que escape à função fálica com (ii) não todas as mulheres são completamente dependentes da lei fálica, ou seja, “a” mulher não está completamente dependente da função fálica. Já que a função fálica designa, no discurso lacaniano, o significante supremo, existe então uma vivência que escapa à formação normalizadora do sentido. Em outras palavras, na explicação apresentada por Lacan existe na posição-Mulher um espaçamento irrecuperável pelo discurso, mesmo que a referência a que caberia nesta posição não é explicitada de modo algum, não mais que o sujeito genérico, independentemente da condição genérica em que se manifesta.

Não apenas “a” mulher não responde a uma essência, mas “a” não tem referência identificada. Esta aparente marginalização das mulheres se esclarece ao considerar a tese subordinada nas fórmulas da sexualização, pois o espaço “mulher” é marcado pelo objeto do desejo (a), mesmo se (a) não identifica “a” mulher, pois “a” mulher também é a fonte da constituição do significante da alteridade barrada. Žižek (2002) irá lembrar que “a” mulher é um outro nome do “nome-do-pai”, mas alterado pela homofonia dos nomes enganosos que erram. Não obstante a flexibilidade do trocadilho em francês, a leitura desta errância determina o que de “a” mulher informa a relação do processo de subjetivação como circulação crescente da alteridade irreduzível na forma de uma outra lógica mantida nos parâmetros de um outro sistema, parâmetros nestes que fomentam a expansão da genericidade ao invés de normalizá-los.

“A” mulher demonstra, então, uma lógica condizente com aquilo que Derrida denominava a “espectrologia”. Sem essência e num deslize do seu nome verdadeiro em relação à sua aparente referência, “a” mulher apresenta um espaço de vivência excedente à função fálica (a lei da castração na perspectiva estritamente freudiana). A singularidade que a formalização apresenta reforça a delimitação do essencialismo, e oferece uma perspectiva transformadora dos polos irreduzíveis da não relação sexual. A sexualidade feminina é aquilo que subtrai “a” mulher, mas também “o” homem da sua referência binária, ao sexualizar a experiência masculina em retorno. Se escapar da função fálica e da lei, a sexualização então apresenta novamente à filosofia o ponto cego sobre a determinação da subjetividade. A não relação da relação sexual se subtrai a um acoplamento físico vivenciado pela exterioridade que a lógica relacional é determinada a representar apenas por meio do sentido. Mas como afirma Lacan, a sexualidade é cultural. É um espaço que se cria, em que se move, em que se transforma, e em que se subjetiva. Como bem salientou

Judith Butler, a sexualidade é o espaço performativo em que a libido é *indiferenciada* qualquer que seja o gênero.

Dessa forma, a sexualidade não depende da diferença sexual. Mas a sexualidade feminina exige que uma figura do sujeito rompa com a função fálica se pudermos esperar uma modelização que decorre da performatividade ao invés do essencialismo. A ontologia não é mais fadada à (h)ontologia que o método de análise estrutural a ser um determinismo radical. A ideia de sistema contemporâneo capta, além das superfícies normalizadas da sedimentação semântica e pragmática, a descontinuidade em movimento a partir de um subsistema genérico composto de pontos anterior às relações. Esta lógica pontual proporciona a análise do traumatismo real em que a tragédia do colapso é passível de ser analisado pelo mesmo modelo que a genericidade acidental.

Nesse sentido, a ontologia estrutural de Badiou opera uma decisão em nome da verdade que fundamenta a posição do gênero mulher como *precondição* ao reingresso da figura do sujeito na ordem do pensável. No entanto, o custo por isso é a ausência do corpo na ontologia e uma rejeição da diferença sexual apenas à condição genérica do amor. A diferença sexual é certamente prototípica de uma formação subjetiva motivada pela figura do Dois (BADIOU, 1992). Ela é irreduzível pelo menos na fidelidade ao acontecimento que tem lhe despertado, afastando-a do Um/Uno.

Tomando em consideração a prevalência de uma forma afirmativa da verdade, que não foge de certa ficionalização ou metaforização, a questão permanece sobre se o genérico possa se estender mais ainda na errância. Nesta dúvida saudável, novamente justapõem-se as posições de Badiou, Derrida e Butler, como representando políticas de escrita feminina, especificamente no que diz respeito a leituras do ensaio exemplar, já comentado por Lacan e retomado por Butler, sobre a máscara na perspectiva da mulher, escrito por Joan Rivière (1929). A importância do tema da máscara como diferimento do processo de subjetivação relembra a contribuição importante do romance escrito por Marguerite Duras, *Le Ravissement de Lol V. Stein*, publicado em 1964. Curiosamente, a obra de Duras nunca foi comentada por Derrida. Curioso, pois poucos autores têm explorado a escrita de espectros como Duras, ao passo de ter quase deixado a sua sanidade, senão a sua vida, ao encontrá-los no contexto da literatura, do teatro e especialmente no cinema.

Le Ravissement de Lol V. Stein marcou uma época, sendo o acontecimento que despertou a segunda geração de feminismo francês no século XX, e continua provocando comentários na área da psicanálise e na literatura que lhe é sensível (DUNKER, 2011; ANGOT, 2012; ADLER, 1998). Dessa forma, este romance é simétrico em importância ao *Segundo Sexo*, ocupando o espaço *da outra*, de uma maneira feita por Beauvoir apenas em nome de uma certa concepção existencial de liberdade. Lacan publicou uma homenagem à capacidade de Duras no livro a encenar um caso de “loucura sem sintoma”. O jogo de máscara em torno do “nome-do-pai” é subtilmente organizado por Duras de maneira diegética e narrativa.

A voz narrativa é a de um homem, o “Jacques Hold”, que possivelmente inscreve no seu próprio nome a tarefa de “manter” (*hold*) a coerência narrativa. Esta narrativa conta o aniquilamento afetivo sofrido pela jovem Lola Valérie Stein na noite de um baile pré-nupcial, quando ela foi abandonada por seu noivo, encantado pela potência sexual de uma mulher mais velha, Anne-Marie Stretter. A beleza da tragédia inicial desperta em Lola o fantasma de querer conviver ao encontro, o que se fará apenas dez anos mais tarde, numa configuração cênica em que a experiência limite da Lola já tem sofrido a perda do (a) no seu nome, doravante sendo Lol. E é Lol que se articula numa luta de sobrevivência para se afastar do olhar do narrador que captura sua experiência numa lógica de juízo pelo qual ela é condenada à loucura. No entanto, pela escrita daquilo que é loucura apenas ao ser vivido de fora, Lol tece uma nova existência, uma vivência genérica precária circulando pela repetição do mesmo na busca do rompimento com a função fálica do narrador.

Na terceira parte do romance, Lol se envolverá numa história de paixão com o narrador, em que ela o seduz, mas lhe proíbe o coito para poder ver este mesmo homem, Jacques, com a sua amiga casada, Tatiana Karl, que se envolveu numa história extramarital com ele, um homem que até Marguerite Duras considera “duvidoso” (DURAS, 1964b). A voz narrativa encena um crescente surto psicótico da Lol na medida em que ela se entrega apenas às mãos repletas de desejo do Jacques, cujo resultado é simbolizado pela perda da letra (a) do seu nome, criando logo em seguida uma “palavra-buraco” (DURAS, 1964a). A sobrevivência da Lol depende, porém, não da identificação invertida como objeto de desejo por Hold, mas pela cisão da função fálica ao recompor o seu corpo pelo Dois do amor.

A voz do narrador encena a fantasia da Lol, ainda provocando o leitor a receber o voyeurismo enquanto perversão visual. Desde os inícios do novo romance francês, especialmente na obra de Alain Robbe-Grillet, o sujeito da narração, assim como o sujeito narrador, são esvaziados da forma narrativa para se entregar, numa primeira aparência, a uma experiência de visão fenomenológica do mundo objetual, limpo da crueldade e da soberania do narrador e do plano diegético unificado das personagens. No romance *La Jalousie* (*O Ciúme*) de Robbe-Grillet, publicado em 1957, o esvaziamento do sujeito faz parte de uma estratégia narrativa inovadora em que se encontra uma crítica radical subjacente à ingenuidade da estética fenomenológica e da sua técnica hermenêutica a cercar e capturar, pela posição intacta do sujeito, uma dimensão da experiência que não acaba de se furtar à objetificação unificadora. Mesmo se a temática do livro manifesto de Robbe-Grillet, *Pour un nouveau roman*, se reconhece por conceitos fenomenológicos (PERRONE MOISES, 1964), a estratégia literária para emancipar o texto do olhar do narrador já ocultava signos e sintomas de outra natureza.

Nos dois romances, a chave de leitura é fornecida pela lógica estrutural repetitiva em que surge o rompimento com o sentido unificador proveniente do espaço visual. No romance de Robbe-Grillet, a personagem principal é esvaziada da sua substância e reduzida ao espaço da incerteza afetiva proporciona-

da pelo ciúme e suspeição da infidelidade da sua esposa. A cena objetiva não reproduz a mera visão, é capturada pelos signos da fantasia de encenação de possessão vinculada ao desejo no nível diegético e textual. A escrita faz da forma narrativa uma estratégia descritiva daquilo que está presente na ordem objetiva apenas se ela fosse cindida pela produção de sentidos possíveis que deslizem, no entanto, na imobilidade de toda ação. No romance de M. Duras, para escapar da naturalidade de uma ordem social em que o olhar patriarcal legífera sobre a sanidade de uma mulher, a Lol V Stein, será a escrita que virá consumi-la para melhor protegê-la do sentido que um corpo sofrido pode proporcionar. Pela escrita, Lol se cinde, o que lhe permite encontrar o nó reparatório acerca do acontecimento que rompeu sua identidade de mulher cativa, descartável ao olhar masculino após ser conquistada. Mas, na terceira parte do livro, a escrita empossa Lol a levar o Jacques até a decomposição, pelo qual o Eu de Hold, o eu do enunciado e o eu da personagem deixam de coincidir (COHEN, 1993).

Dessa forma, a soberania do narrador engana o leitor por se enganar ela mesma a ser o objeto de amor da Lol. Ao invés, o narrador é absorvido num encontro do nó reparatório do traumatismo real, do acontecimento que despertou um processo radical de subjetivação regido pelo Dois do amor, o Dois dos corpos entrelaçados de Jacques e Tatiana que Lol observa, como se fosse uma aplicação da fórmula de sexuação (LACAN, 1972) em que a captação da letra ausente do seu nome Lol(a) passa pelo rompimento da função fálica, numa recomposição de si mesma, cuja finalidade, como em qualquer circunstância de radical recodificação, é uma errância. Em outras palavras, o custo da emancipação da lógica visual patriarcal de Hold é indiscernível, pois não há mais lei normalizadora a partir da qual atribuir um juízo de patologia.

Portanto, Duras sobredetermina o voyeurismo da Lol, perverso apenas pela perspectiva fenomenologia e hermenêutica. O processo da cura da personagem principal recodifica o inconsciente que registra e investe a cena do trauma real pela topologia dos corpos nus de Jacques e Tatiana transando. Ao contrário de passar pela pura experiência visual, o processo capta o leitor no passo a passo da constituição do corpo da verdade que Badiou, após Lacan, apresenta sob forma da clivagem estrutural do Uno pela emergência subjetiva do Dois do amor. Esta exigência normativa específica à condição amorosa é inferida por Badiou da condição inicial para que possa subsistir o processo de construção genérica de um sujeito amoroso (BADIOU, 1992). Argumentamos que *Le Ravissement de Lol V. Stein* é um acontecimento na ordem da encenação de tal sujeito que enfatiza uma escrita do genérico outra. É esta escrita que realiza a atribuição do símbolo de Vênus à genericidade, no que Badiou, após Lacan, denomina o “sentido ab-sexe”, a ausência de sentido da topologia que se forma da não relação sexual, no espaçamento da função do real na linguagem (BADIOU; CASSIN, 2010, p. 110, 112).

Ora, o que não demonstra sentido é também a definição técnica de uma verdade. (BADIOU; CASSIN, 2010, p. 136). Desta forma, se a palavra “mulher” aparece apenas uma vez em *L'Être et l'événement*, num arcabouço em que o

sujeito genérico se fundamenta como processo intrínseco às condições, deve-se extrapolar que o discurso organiza um espaço topológico pós-acontecimental a partir da *consequência* da in-existência de “a” mulher. O real da não relação entre acontecimento e correlação organizacional apresenta o meio, melhor o circuito, da manifestação da multiplicidade irreduzível, multiplicidade esta que é isomórfica à aparência do real. Dessa forma, a tese acerca da impossibilidade do real codifica a não relação da sexuação.

Ao defender a tese segundo a qual a ontologia é a matemática, pelo suplemento da performatividade inscrito no sujeito genérico, é possível intervir no sistema pela perspectiva ontológica e apontar a uma topologia discursiva das superfícies em que o genérico se mostra suscetível a crescer. Dessa forma, defende-se que existe uma ponte que vai da tese derridiana do inconsciente como máquina a escrever à tese badiouiana sobre a “anonimidade” referencial irreduzível da nova forma de sujeito denominado pela genericidade. Esta ponte apoia-se, em última análise, na posição de “a” mulher nas fórmulas de sexuação de Lacan, e também na palavra-buraco de Duras, instâncias da subtração radical da ordem da lei pela qual o inconsciente escreve a excecionalidade da diferença sexual. Portanto, a diferença sexual não é anterior à diferença existencial e ontológica, mas ao que faz ruptura nela, uma palavra-buraco na instância da letra. Eis a escrita que parece inegavelmente a de uma ideia de subjetividade radicalmente nova, dependente de uma concepção de sistema compactado num ponto, mas cuja potência expansiva é assegurada pela função recursiva que lhe é imanente, a sua memória, pois não há surgimento de sujeito genérico sem vontade a romper com a crueldade, o autoritarismo e o estupro no estado da situação.

A irreduzibilidade da sexualidade feminina, materializada pela máscara da loucura da Lol(a) pelo qual a escrita tece um corpo enganador diz respeito à autoridade da voz patriarcal do narrador, emancipa-lhe da marginalização por perversão voyeurística. Desta forma, Duras fornece o véu conclusivo para que o genérico permaneça numa língua em margem da lógica do significante, assegurando a sua assimetria objetiva. A partir desse ponto, nada garante o crescimento, nem mesmo o caráter acontecimental verdadeiro deste corpo enxertado no gozo da transa. Converte-se neste ponto a proposta segundo a qual existe um mundo a criar como extensão de corpo irreduzível ao seu substrato orgânico, onde o aparecer diz mais respeito ao aparecer de mundo e de coisas que ao fenômeno do aparecimento. Eis o instante em que o genérico encontra o gênero, numa atualização do sistema filosófico que é para além do princípio do prazer assim como da metafísica hegemônica, uma vez barrada a redução do múltiplo ao Uno. É algo a comemorar, porventura num baile mascarado, nas “bodas taciturnas da vida vazia com o objeto indescritível” (LACAN, 2001, p. 197).

NOTAS

¹ Oksala descreve um processo transformacional da subjetividade, decorrido de mudanças na história que só caracterizaram posições fenomenológico-hermenêuticas *depois* do terreno desovado pelo estruturalismo. Sintomática desta omissão é a inserção da metodologia arqueologia-genealógica de Foucault, que é nada mais é que uma extensão do método de análise estrutural e não uma ruptura como alegam os discípulos e críticos. A ampliação da teoria fenomenológica do sujeito integra postulados do estruturalismo, o que se torna evidente ao comparar as duas seguintes afirmações, a primeira de Oksala e a segunda de Lacan: (i) “*the subject must fold back on itself to create a private interiority while being in constant contact with its constitutive outside. The external determinants or historical background structures of experience and the internal, private sensations fold into and continuously keep modifying each other.*” (OKSALA, 2016, p. 57); (ii) “*Ce qu’il faut dire, c’est : je ne suis pas là où je suis le jouet de ma pensée ; je pense à ce que je suis, là où je ne pense pas penser.*” (LACAN, 1966, p. 571). Vale salientar a afirmação de Lacan, reiterada por P. Maniglier, segundo a qual “*la marque cruciallement importante du structuralisme*” é o modo em que “*le sujet est, si l’on peut dire, en exclusion interne à son objet*” (LACAN, 1966, p. 861 apud MANIGLIER, 2010, p. 59).

REFERÊNCIAS

ADLER, L. *Marguerite Duras*. Paris: Gallimard, 1998.

ALTHUSSER, L. *Lire le capital*. Paris: Maspero, 1965.

ANGOT, C. Leitura do texto de Jacques Lacan “Homenagem a Marguerite Duras pelo arrebatamento de Lol. V. Stein”. Disponível em: <<http://www.radiolacan.com/pt/topic/206/3>> Acesso em: 29 dez. 2012.

BADIOU, A. *L’Être et l’événement*. Paris: Seuil, 1988. [Trad. brasileira: “O ser e o evento”, 1996]

_____. *Manifeste pour la philosophie*. Paris: Seuil, 1989. [Trad. brasileira: “Manifesto pela filosofia”]

_____. L’Entretien de Bruxelles. *Les temps modernes*, n. 526, maio 1990.

_____. *Conditions*. Paris: Seuil, 1992.

_____. Y a-t-il une théorie du sujet chez Canguilhem. *L’Aventure de la philosophie française: depuis les années 1960*. Paris: La Fabrique, 1992. p. 65-79.

_____. L’Éthique. *Essai sur la conscience du mal*. Paris: Hatier, 1993. [Trad. brasileira: “Ética. Ensaio sobre a consciência do mal”]

_____. *Para uma nova teoria do sujeito*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Court traité d’ontologie transitoire*. Paris: Seuil, 1998. [Trad.: “Breve tratado de ontologia transitória”]

_____. *Conferências de Alain Badiou no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. Logiques des mondes. *L’Être et l’événement 2*. Paris: Seuil, 2006a.

_____. “Jacques Derrida (1930-2004)”. In: *Petit Panthéon*. Paris: La Fabrique, 2008a.

_____. *Second manifeste pour la philosophie*. Paris: Fayard/Ouvertures, 2009.

_____. Preface to the english translation, *Ethics. An essay on the understanding of evil*. Trans. Peter Hallward. Nova York: Verso, 2010a.

_____. Corpos, linguagem, verdades: sobre a dialética materialista. *Margem Esquerda*, n. 16, p. 111-121, 2011.

_____. *L'Aventure de la philosophie française contemporaine*. Paris: La Fabrique, 2012.

_____. Sistema de sistema. *Veritas*, v. 58, n. 2, p. 218-225, maio-ago. 2013.

_____. Ser e espacialização: uma entrevista com Alain Badiou. In: CONSTANTINO, M.; MADARASZ, N. *Ethica*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 21-40, 2008.

_____. avec Barbara CASSIN, Il n'y a pas de rapport sexuel: Deux leçons sur l'«Étourdit» de Lacan. Paris: Fayard/Ouvertures, 2010.

BARNARD, S.; FINK, B. *Reading seminar XX: Lacan's major work on love, knowledge, and feminine sexuality*. Albany, NY: State University of New York Press, 2002.

BARTHES, R. *Écrits critiques*. Paris: Seuil, 1964.

BIRMAN, J. Crueldade e psicanálise: uma leitura de Derrida sobre o saber sem álbi. *Natureza humana*, São Paulo, v. 12, n. 1, 2010.

BUTLER, J. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. Londres: Routledge, 1990.

_____. *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. Nova York: Routledge, 1993.

COHEN, S. D. *Women and discourse in the fiction of Marguerite Duras: love, legends, language*. Nova York: MacMillan Press, 1993.

DERRIDA, J. *L'écriture et la différence*. Paris: Seuil, 1967.

_____. *Positions*. Paris: Minuit, 1972.

_____. *La carte postale, de Sócrates à Freud et au-delà*. Paris: Aubier Flammarion, 1980.

_____. *Spectres de Marx: l'état de la dette, le travail du deuil et la nouvelle internationale*. Paris: Galilée, 1993.

_____. Pour amour de Lacan. In: *Résistances de la psychanalyse*. Paris: Galilée 1996a.

_____. *Mal d'archive*. Paris: Galilée, 1996b.

_____. *Les états d'âme de la psychanalyse*. Paris: Galilée, 2000.

DUNKER, C. *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento*. São Paulo: Annablume, 2011.

DURAS, M. *Le Ravissement de Lol V. Stein*. Paris: Gallimard, 1964a.

_____. *Marguerite Duras à propos du "Ravissement de Lol V. Stein"*. Disponível em: <<http://www.ina.fr/video/I04257861>> Acesso em: 15 abr. 2016, 13min 36s.

FORTES, I. Marguerite Duras e a escritura do feminino. *Psychê*, São Paulo, ano XI, n. 21, p. 161-174, jul.-dez. 2007.

FREUD, S. *Metapsychologie*. Paris: Gallimard, 1968 [1915-17].

ARTIGO

- _____. Notes sur le bloc-note magique. In: FREUD, S. *Résultats, idées, problèmes*. Paris: PUF, 1985 [1925].
- FOUCAULT, M. *Les Mots et les choses*. Une archéologie des sciences humaines. Paris: Gallimard, 1966.
- _____. *L'Archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- _____. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.
- _____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Paris: Gallimard, 1976.
- _____. Polémique, politique et problématisations. In: *Dits et écrits*. v. IV. Paris: Gallimard, 1994. p. 591-598.
- GREEN, A. Os casos-limite e a psicanálise contemporânea: do desafio clínico à complexidade teórica. Entrevista por Fernando Urribarri. *SIG. Revista de psicanálise*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 117-121, 2013.
- HURST, A. *Derrida vis-à-vis Lacan: interweaving deconstruction and psychoanalysis*. Nova York: Fordham, 2008.
- JOHNSTON, A. Jacques Lacan. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2014 Edition). Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2014/entries/lacan/>>. Acesso em: 17 abril 2016.
- KRISTEVA, J. *La révolution du langage poétique*. L'avant-garde à la fin du XIX^e siècle, Lautréamont et Mallarmé. Paris: Seuil, 1974.
- LACAN, J. *Écrits*. Paris: Seuil, 1966.
- _____. *Le Séminaire XX: Encore*. Paris: Seuil, 1975.
- _____. *Le Séminaire XI: Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse (1964)*. Paris: Seuil, 1973.
- _____. *Autres écrits*. Paris: Seuil, 2001.
- LARSON, S. Quand la folle se tait: La psychanalyse et la construction de la voix féminine dans *Le ravissement de Lol V. Stein*. *Thirdspace: a journal of feminist theory & culture*, v. 4, n. 2, March 2005. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/thirdspace/index.php/journal/article/view/larson/145>> Acesso em: 20 abril 2016.
- LEVI-STRAUSS, C. *La Pensée sauvage*. Paris: Plon, 1966.
- MANIGLIER, P. The Structuralist Legacy. In: SCHRIFT, A. (ed.). *The History of Continental Philosophy*. v. 7: "After Poststructuralism: Transformations and Transitions". Londres: Acumen Press, 2010. p. 55-82.
- MEYER, C. *Le Livre noir de la psychanalyse*. Paris: Les Arènes, 2005.
- MILLIKAN, R. G. *The varieties of meaning: the 2002 Jean Nicod Lectures*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2004.
- MILNER, J.-C. *L'Œuvre claire*. Lacan, la science, la philosophie. Paris: Seuil, 1995.
- MITCHELL, J.; ROSE, J. (eds.). *Feminine sexuality*. Jacques Lacan and the école freudienne. Nova York: Norton, 1983.
- MARCUSE, H. *One dimensional man*. Nova York: Grove, 1964.

- OKSALA, J. Feminist experiences: foucauldian and phenomenological Investigations,
- ONFRAY, M. Le crépuscule d'une idole: L'affabulation freudienne, Grasset, 2010.
- PERRONE MOISES, L. *O novo romance francês*. São Paulo: Buriti, 1966.
- PRINZ, J. Are Millikan's concepts inside-out?. In: RYDER, D. et al. (eds.). *Millikan and her Critics*. Nova York: Wiley-Blackwell, 2013. p. 198-215.
- RIVIÉRE, J. Womanliness as a masquerade. *International Journal of Psychoanalysis*, n. 10, p. 303-313, 1929.
- SOLLER, C. What does the unconscious know about women?. In: BARNARD, S.; FINK, B. *Reading seminar XX: Lacan's major work on love, knowledge, and feminine sexuality*. Albany, NY: State University of New York Press, 2002. p. 98-108.
- _____. *Lacan: the unconscious reinvented*. Nova York: Karnac Press, 2014.
- ZIZEK, S. The real of sexual difference. In: BARNARD, S.; FINK, B. *Reading seminar XX: Lacan's major work on love, knowledge, and feminine sexuality*. Albany, NY: State University of New York Press, 2002. p. 57-76.
- ZUPANÈÈ, A. *Sexual difference and ontology*. E-flux, 2012. Disponível em: <<http://www.e-flux.com/journal/sexual-difference-and-ontology>> Acesso em: 12 abril 2016.